



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 02 DE ABRIL DE 2021

### PORTARIA Nº 143/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar, **ANTONIO NUNES DE ARAUJO FILHO**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 105.809.634-62, RG nº 3.882.497 SSDS/PB, do cargo comissionado de COORDENADOR DE DIVISÃO, símbolo CD-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
Prefeito Constitucional

### PORTARIA Nº 144/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Nomear, **MARIA JOSANETE NEVES DE FARIAS**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 047.452.374-80, RG nº 2.755.291 SSP/PB, ao cargo comissionado de COORDENADOR DE DIVISÃO, símbolo CD-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
Prefeito Constitucional

### PORTARIA Nº 145/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Nomear, **CRISTIANO DA SILVA ARAUJO**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 057.998.384-67, RG nº 2.882.227 SSP/PB, ao cargo comissionado de COORDENADOR DE DIVISÃO, símbolo CD-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
Prefeito Constitucional

### PORTARIA Nº 146/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Nomear, **ANTONIO NUNES DE ARAUJO FILHO**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 105.809.634-62, RG nº 3.882.497 SSDS/PB, ao cargo comissionado de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, símbolo DD-02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
Prefeito Constitucional

### PORTARIA Nº 147/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Nomear, **ANA RUTH DE FARIAS QUEIROS**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 703.991.814-58, RG nº 4.303.525 SSDS/PB, ao cargo comissionado de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, símbolo CD-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
Prefeito Constitucional

### PORTARIA Nº 148/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar, **FLAVIO JOSE SOUSA DA SILVA**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 095.710.284-44, RG nº 4.303.525 SSP/PB, do cargo comissionado de COORDENADOR DE DIVISÃO, símbolo CD-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
Prefeito Constitucional



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 02 DE ABRIL DE 2021

### PORTARIA Nº 149/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Designar, **GREGORIA GRASSI RODRIGUES DE MOURA**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 069.492.574-81, RG nº 2.754.763 SSP/PB, para desenvolver suas atividades na Secretaria de Saúde, com ônus para a secretaria de origem, nos termos do art.109 da Lei Municipal 08/2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
Prefeito Constitucional

### PORTARIA Nº 150/2021.

**DESIGNA A SERVIDORA MARIA JOSE LEMOS TORRES, COMO FISCAL DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO**, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas nas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações posteriores.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora **MARIA JOSÉ LEMOS TORRES**, como **FISCAL** dos Contratos Administrativos relativos a Aquisição de Bens e Prestação de Serviços Comuns, no âmbito do Executivo Municipal de Congo-PB.

Art. 2º - Deverá o servidor designado acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se. Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de Abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

### PORTARIA Nº 151/2021

**DESIGNA O ENGENHEIRO CAYO FARIAS PEREIRA, COMO FISCAL DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO**, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas nas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações posteriores.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Engenheiro **CAYO FARIAS PEREIRA**, contratado através do Contrato nº DV00001/2021/CPL como **FISCAL** de Obras, no âmbito do Executivo Municipal de Congo/PB.

Art. 2º - Deverá o prestador de serviços designado acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se. Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

### PORTARIA Nº 152/2021

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Designar, **MAURICEA DE FARIAS QUIRINO**, inscrita no Cadastro de Pessoa Física – CPF 034.564.854-41, RG nº 002.259.813 SSP/PB, ao cargo comissionado de DIRETORA ADJUNTA ESCOLAR, símbolo DA-02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

### PORTARIA Nº 153/2021

Designa a servidora **JOSEFA SIVANILDA SIQUEIRA SANTOS**, matrícula nº 1202088/2021 exercendo o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico como **GESTORA** dos Contratos Administrativos.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO/PB**, no uso das atribuições legais, tendo em e tendo em vista o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **JOSEFA SIVANILDA SIQUEIRA SANTOS**, matrícula nº 1202088/2021 exercendo o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico, como **GESTORA** dos Contratos Administrativos relativos à aquisição e serviços comuns no Município de Congo/PB, no tocante à Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Deverá o servidor designado, acompanhar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
PREFEITO CONSTITUCIONAL



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 02 DE ABRIL DE 2021

### PORTARIA Nº 154/2021

Designa a servidora **IANELLY DA SILVA COSTA**, matrícula nº 1202049/2021 exercendo o cargo de Secretária Municipal de Planejamento e Finanças como **GESTORA** dos Contratos Administrativos.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO/PB**, no uso das atribuições legais, tendo em e tendo em vista o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **IANELLY DA SILVA COSTA**, matrícula nº 1202049/2021 exercendo o cargo de Secretária Municipal de Planejamento e Finanças, como **GESTORA** dos Contratos Administrativos relativos à aquisição e serviços comuns no Município de Congo/PB, no tocante à Secretaria de Finanças.

Art. 2º - Deverá o servidor designado, acompanhar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

### PORTARIA Nº 155/2021

Designa o servidor **MAURICIO FLAVIANO NUNES DE FARIAS**, matrícula nº 1202052/2021 exercendo o cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Meio Ambiente como **GESTOR** dos Contratos Administrativos.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO/PB**, no uso das atribuições legais, tendo em e tendo em vista o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **MAURICIO FLAVIANO NUNES DE FARIAS**, matrícula nº 1202052/2021 exercendo o cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Meio Ambiente, como **GESTOR** dos Contratos Administrativos relativos à aquisição e serviços comuns no Município de Congo/PB, no tocante à Secretaria de Agricultura.

Art. 2º - Deverá o servidor designado, acompanhar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

### PORTARIA Nº 156/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar, **CARLA PRICILA DA SILVA**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 096.338.344-22, RG nº 3.557.282 SSP/PB, do cargo comissionado de COORDENADORA DE DIVISÃO DO JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO, símbolo CD-03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
Prefeito Constitucional

### PORTARIA Nº 157/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Nomear, **ANDERSON LUIZ SILVA DUQUE**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 074993384-44, RG nº 7.805.758 SSDS/PE, ao cargo comissionado de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, símbolo DD-02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
Prefeito Constitucional

### PORTARIA Nº 158/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Designar, **ANA DAISE DOS SANTOS RIBEIRO**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 543.563.424-53, RG nº 1.070.181 SSP/PB, ao cargo comissionado de SUPERVISORA ESCOLAR, símbolo SE-02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
Prefeito Constitucional

### PORTARIA Nº 159/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste município e demais legislação em vigor;

#### RESOLVE,

Art. 1º - Nomear, **CARLA PRICILA DA SILVA**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF 096.338.344-22, RG nº 3.557.282 SSP/PB, ao cargo comissionado de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER, símbolo DD-02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Congo/PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
Prefeito Constitucional



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 02 DE ABRIL DE 2021

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2021

**CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA ANA BEATRIZ DE FARIAS QUIRINO, NESTE ATO DENOMINADA CONTRATADA DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA-** O contratante através deste instrumento contrata a senhora, **ANA BEATRIZ DE FARIAS QUIRINO**, portadora do RG nº 4.374.057 SSDS/PB, e CPF nº 095.403.114-89, residente e domiciliada na Rua Chateaubriand Pereira, Centro, Congo-PB, para a função de **PROFESSORA DO FUNDAMENTAL I**, na Escola Municipal de Congo, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

**CLAUSULA SEGUNDA-** Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01 (Um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

**PARAGRAFO ÚNICO-** A critério da administração, o presente contrato poderá ser reiniciado, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA-** O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de abril de 2021, e encerrando-se em 01 de outubro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA-** Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

**CLÁUSULA QUINTA-** Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

**CLÁUSULA SEXTA-** Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência as relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

**CLÁUSULA SÉTIMA-** O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

**CLÁUSULA OITAVA-** O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

**CLÁUSULA NONA-** O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

**CLÁUSULA DÉCIMA-** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC

12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE

3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-** Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
**CONTRATANTE**

**ANA BEATRIZ DE FARIAS QUIRINO CONTRATADA**  
**CONTRATADA**





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 02 DE ABRIL DE 2021

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2021

**CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UMA LADO, O PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO COM SEDE À RUA SENADOR RUI CARNEIRO, S/N- CENTRO CONGO-PB; CNPJ Nº 08.870.164/0001-81, REPRESENTADA NESTE ATO PELO PREFEITO ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, DENOMINADO CONTRATANTE, E DE OUTRO LADO A SENHORA MARIA JOSEANE DE OLIVEIRA, NESTE ATO DENOMINADA CONTRATADA DE ACORDO COM AS CLAUSULAS SEGUINTE:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA-** O contratante através deste instrumento contrata a senhora, **MARIA JOSEANE DE OLIVEIRA**, portadora do RG nº 3.782.926 SSDS/PB, e CPF nº 101.867.894-58, residente e domiciliada na Rua Chateaubriand Pereira, Centro, Congo-PB, para a função de **PROFESSORA DO FUNDAMENTAL I**, na Escola Municipal de Congo, sobre o regime de prestação de serviços por Excepcional Interesse Público, de acordo com a Lei Municipal 137/2015, de 30 de Julho de 2015.

**CLAUSULA SEGUNDA-** Pelos serviços prestados, constante da cláusula anterior, a CONTRATANTE, pagará a contratada o valor mensal de R\$ 1.884,01 (Um mil oitocentos e oitenta e quatro reais e um centavo), havendo incidência sobre a mesma dos descontos previstos em Lei (INSS).

**PARAGRAFO ÚNICO-** A critério da administração, o presente contrato poderá ser reincluído, quando cessadas as razões que impliquem na contratação, ou se o CONTRATADO no desempenho de suas atividades, não estiver correspondendo aos objetivos de contratação pretendidos pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA-** O prazo do CONTRATO é de 06 (Seis) meses, iniciando-se em 01 de abril de 2021, e encerrando-se em 01 de outubro de 2021, não sendo devida nenhuma indenização ou aviso prévio ao término do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA-** Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- I. Pelo término do prazo contratual
- II. Por iniciativa do contratado
- III. Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;
- IV. Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

**CLÁUSULA QUINTA-** Na hipótese do contratado por qualquer razão ficar impossibilitado de prestar serviços constantes na Cláusula Primeira, fica obrigado a comunicar a CONTRATANTE com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.

**CLÁUSULA SEXTA-** Este contrato não vincula o CONTRATADO a fazer parte do quadro de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Congo, porém enquanto o contrato estiver em vigência às relações serão as mesmas estabelecidas pelo Regime Jurídico do Município e a Legislação Previdenciária concernente.

**CLÁUSULA SÉTIMA-** O pagamento será efetuado em espécie, obedecendo ao calendário da folha de pessoal da prefeitura, sendo descontada do mesmo a contribuição previdenciária para o INSS, de acordo com o percentual da tabela de contribuição emitida pelo INSS, quando o valor mensal estiver sujeito à tributação conforme tabela emitida pela Secretaria de Receita Federal.

**CLÁUSULA OITAVA-** O Contratado fará jus aos direitos estabelecidos nos termos do parágrafo § 3º do art.39 da Constituição Federal.

**CLÁUSULA NONA-** O presente contrato não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do artigo 8º.

**CLÁUSULA DÉCIMA-** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente no seguinte programa de trabalho.

05.00- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC

12.361.2001.2028- Manutenção das Atividades do ensino Fundamental MDE

3.1.90.04.01- Contratação por tempo determinado

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-** Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo-PB, 01 de abril de 2021.

**ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA**  
**CONTRATANTE**

**MARIA JOSEANE DE OLIVEIRA**  
**CONTRATADA**



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 02 DE ABRIL DE 2021

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

#### ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA.

Aos 11 (onze), dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um (2021), às 19h, no edifício sede da Câmara Municipal de Vereadores sito a Rua Senador Rui Carneiro, 38, Centro, nesta cidade de Congo, Estado da Paraíba, de forma virtual através do aplicativo da plataforma MEET, reuniram-se sob a presidência do Vereador Aderaldo Pereira Netto, da vice-presidente Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira, 1º Secretário Jucélio Quintans da Silva e do 2º Secretário Fabiano Fernandes de Lagos, depois de verificar que todos os vereadores encontravam-se conectados a plataforma virtual o Presidente proferiu: "Em nome de Deus o todo poderoso declaro aberto à sessão." Em seguida o Presidente pediu ao Primeiro Secretário para que o mesmo fizesse a leitura de um texto bíblico, o qual leu: Romanos capítulo 08 versículos 14. Em seguida pediu que o Primeiro Secretário que fizesse a chamada nominal dos vereadores registrando as presenças de: Aderaldo Pereira Netto, Ademir de Oliveira, Fabiano Fernandes de Lagos, Jose Roberto da Silva, Jucélio Quintans da Silva, Miguel Jordão Netto, Maria da Conceição Alves da Silva, Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira e Sebastião da Silva. Em seguida o Presidente informou a matéria do expediente que consta da seguinte forma: 1. Leitura e votação da Ata da sessão anterior, aprovada por unanimidade. 2. Requerimento de nº17/2021, aprovado por unanimidade. 3. Requerimento de nº18/2021, aprovado por unanimidade. 4. Requerimento de nº19/2021, aprovado por unanimidade. 5. Leitura e votação do Parecer 04/2021, a Resolução 01/2021, Ementa: Dispõe Sobre aprovação das contas do Município, exercício de 2018 e determina outras providências. Aprovado por 09 votos favoráveis. 6. Leitura do Projeto de Lei 02/2021.7. Leitura e votação em Primeiro turno do Projeto de Lei 03/2021, aprovado por unanimidade. 8. Leitura e votação em Primeiro Turno do Projeto de Lei 04/2021, aprovado por unanimidade. O senhor Presidente agradeceu a compreensão de todos os colegas vereadores e por terem feito presença mesmo que de forma virtual agradeceu ao público que acompanharam em suas casas através do facebook da câmara e pelo Cariri em Ação. Em seguida facultou a palavra que brevemente os vereadores fizessem suas considerações finais pela ordem e a critério de cada um. Não havendo mais nada a tratar o Presidente deu por encerrada a Sessão que para constar foi lavrada a presente Ata que depois de lida e aprovada segue assinada pela mesa diretora.

#### REQUERIMENTO N.º 17/2021.

O VEREADOR ADERALDO PEREIRA NETTO, QUE ABAIXO SUBSCREVE, COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, REQUERENDO UMA LIMPEZA NAS RUAS DO BAIRRO PRADO.

#### JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizador, requeiro do poder executivo municipal junto a Secretária de Infraestrutura uma limpeza nas ruas e entorno no bairro Prado Zona Urbana desse município.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 08 de março de 2021.

  
Aderaldo Pereira Netto

Vereador PSB

#### REQUERIMENTO N.º 18/2021.

O VEREADOR JUCÉLIO QUINTANS DA SILVA, QUE ABAIXO SUBSCREVE COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, REQUERENDO A REFORMA DO GRUPO DE SANTA RITA DE CIMA PARA ATENDIMENTO DA EQUIPE DE ESTRATÉGIA DA SAÚDE.

#### JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizador, requeiro do poder executivo municipal a reforma do Grupo escolar de Santa Rita de Cima para receber a equipe da Estratégia da Saúde desse município, como também os pacientes, essa solicitação se faz por conta que não existe um local exclusivo para o atendimento e a escola encontra-se sem uso.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 08 de março de 2021.

Jucélio Quintans da Silva

Vereadora PSB

#### REQUERIMENTO N.º 19/2021.

O VEREADOR ADERALDO PEREIRA NETTO, QUE ABAIXO SUBSCREVE, COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, REQUERENDO LIMPEZA E MANUTENÇÃO NO TALUDE DO AÇUDE RIACHO DOS CAVALOS.

#### JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizador, requeiro do poder executivo municipal junto a Secretária de Infraestrutura uma limpeza de matos e recuperação do talude que se encontra com formigueiros como também fiscalizar que existem algumas pessoas colocando redes de pescas e os peixes estão morrendo e deixando a água imprópria para o consumo humano e a população estão reclamando.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 10 de março de 2021.

  
Aderaldo Pereira Netto

Vereador PSB

#### REQUERIMENTO N.º 20/2021.

A VEREADORA MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES DA SILVA, QUE ABAIXO SUBSCREVE, COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO AO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, REQUERENDO A RECUPERAÇÃO DO TELHADO DO CORETO E DA PRAÇA CORONEL AMARA.

#### JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizadora, requeiro do poder executivo municipal a recupere a cobertura em telhas do coreto como também a revitalização da Praça Coronel Amaro, localizada a Rua Coronel Amaro Travassos na sede do município, para o embelezamento das ruas do nosso município.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 22 de março de 2021.

Maria da Conceição Alves da Silva

Vereadora PSB

#### REQUERIMENTO N.º 21/2021.

O VEREADOR JOSÉ ROBERTO DA SILVA, QUE ABAIXO SUBSCREVE COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, REQUERENDO A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NA RUA DO PRADO.

#### JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizador, requeiro do poder executivo municipal a construção de calçadas na Rua do Prado onde foi feita a pavimentação e existe recursos para a construção de calçadas como determina convenio dessa obra.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 22 de março de 2021.

Jose Roberto da Silva

Vereadora PSD



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 02 DE ABRIL DE 2021

### REQUERIMENTO N.º 22/2021.

O VEREADOR **JOSÉ ROBERTO DA SILVA**, QUE ABAIXO SUBSCREVE COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO **PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA**, REQUERENDO A AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO.

### JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizador, requeiro do poder executivo municipal a ampliação do Cemitério público desse município, pois o mesmo já se encontra com pouco espaço para construção de novos jazigos.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 22 de março de 2021.

**Jose Roberto da Silva.**

**Vereadora PSD**

### REQUERIMENTO N.º 23/2021.

O VEREADOR **ADEMIR DE OLIVEIRA**, QUE ABAIXO SUBSCREVE, COM AMPARO NO ART. 157 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, DEPOIS DE OUVIDO O SOBERANO PLENÁRIO, REQUER A MESA DIRETORA, ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXCELENTÍSSIMO **PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA**, REQUERENDO A IMPLANTAÇÃO DE UM MATA BURRO NO SÍTIO SALINA.

### JUSTIFICATIVA

No uso de minha prerrogativa legal e exercendo a função de fiscalizador, requeiro do poder executivo municipal junto a Secretária de Infraestrutura a implantação de um mata- burro na Salina perto da residência do senhor Zezinho de Jorge, para que os animais venham para a rodovia, e evitar acidentes automobilísticos.

Plenário da Câmara Municipal de Congo-PB, em 24 de março de 2021.

**Ademir de Oliveira**

**Vereador PDT**





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 02 DE ABRIL DE 2021

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### PROJETO DE LEI Nº 224/2021.

**ALTERA A LEI Nº 36/2007 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB DO MUNICÍPIO DE CONGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Congo, Estado da Paraíba, nos termos da Lei Federal nº 14.113/2020, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, com fundamento na Lei Federal nº 14.113/2020 de 25 de dezembro de 2020, que exercerá o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo.

Parágrafo Único. Caberá ao Poder Executivo, através da Secretaria de Educação, garantir os meios para o funcionamento do Conselho.

Art. 2.º - O Conselho será composto pelos membros, representando os órgãos ou entidades, abaixo especificados:

- I. 2 (Dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos um da Secretaria Municipal de Educação;
- II. 1 (Um) representante dos professores da educação básica municipal;
- III. 1 (Um) representante dos diretores de escolas municipais;
- IV. 1 (Um) representante dos servidores técnicos-administrativos das escolas municipais;
- V. 2 (Dois) representantes dos pais de alunos da educação básica municipal;
- VI. 1 (Um) representante dos estudantes da educação básica municipal;
- VII. 1 (Um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- VIII. 1 (Um) representante do Conselho Tutelar;
- IX. 2 (Dois) representantes de organização da sociedade civil;
- X. 1 (Um) representante das escolas do campo.

§1º - Cada membro titular terá um suplente, que o substituirá em caso de licença ou impedimento ou ainda, o sucederá nos casos de vacância.

§2º - Os representantes serão indicados ou escolhidos da seguinte forma:

- I. Os representantes do Poder Executivo Municipal, pelo chefe do Poder Executivo;
- II. Os representantes dos diretores, em processo seletivo organizado para este fim, pelos respectivos pares;
- III. Os representantes dos pais de alunos e estudantes, através de assembleia de cada segmento.
- IV. Os representantes de professores e servidores técnico-administrativos, eleição por seus pares;
- V. Os representantes do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Tutelar, pelos respectivos presidentes;
- VI. Os representantes das organizações da sociedade civil, através de assembleia de cada segmento;
- VII. Os representantes das escolas do campo, em processo seletivo organizado para este fim, pelos respectivos pares.

§3º. Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho com direito apenas de voz.

§4º. As organizações da sociedade civil a que se refere o inciso IX do Caput deste artigo:

- I. Serão pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

- II. Desenvolvam atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;
- III. Devam atestar o seu funcionamento há pelo menos 1(um) ano contado da data de publicação do edital;
- IV. Desenvolvam atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;
- V. Não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração local a título oneroso.

§5º. A designação dos membros titulares e suplentes do Conselho, indicados e eleitos, será feita por ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

§6º. O presidente do Conselho será eleito por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar a função o titular da pasta da Educação ou gestor do Fundo.

Art. 3º. O conselho instituído por esta Lei não terá estrutura administrativa própria e seus membros não perceberão qualquer espécie de remuneração pela participação no colegiado, sendo o seu exercício considerado serviço público relevante.

Art. 4º. Fica vedado, quando os conselheiros forem representantes de professores, diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

- I. a exoneração ou demissão do cargo ou emprego seja justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
- II. a atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho.
- III. o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art. 5º. Não poderão ser indicados e eleitos para membros do conselho:

- I. Cônjuges e parentes consanguíneos ou afins até 3º grau, do Prefeito, vice-Prefeito e Secretários Municipais e demais autoridades equiparadas;
- II. Tesoureiro, Contador ou Funcionário da empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços técnicos relacionados a administração municipal ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais.
- III. pais de alunos que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal, ou prestem serviços terceirizados ao poder Executivo Municipal.
- IV. Entidades de organizações da sociedade civil que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração local a título oneroso.

Art. 6º. O mandato de cada membro do conselho será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

Parágrafo Único: Como regra de transição, o mandato dos conselheiros dos novos Conselhos, a serem instituídos até o dia 31 de março de 2021, extinguir-se-á em 31 de dezembro de 2022.

Art. 7º. São competências e atribuições do conselho:

- I. Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB, bem como, da Quota Municipal do Salário Educação.
- II. Examinar periodicamente os documentos e registros contábeis e demonstrativos financeiros gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados ou recebidos à conta do FUNDEB e da Quota municipal do Salário Educação;
- III. Estabelecer formas de divulgação de sua atuação;
- IV. Elaborar e alterar o seu Regimento interno;
- V. Zelar pelo cumprimento das disposições legais, regulamentadas e normativas sobre a repartição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB e da Quota Municipal do Salário Educação;
- VI. Articular-se com os órgãos ou serviços governamentais de





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 02 DE ABRIL DE 2021

- VII. Educação, nos âmbitos estadual e federal;  
Articular-se com outros Conselhos Municipais e Estadual de Acompanhamento e controle Social do FUNDEB e da Quota Municipal do Salário Educação, visando a troca de experiências e ao cumprimento da atuação do colegiado;
- VIII. Apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerais do Fundo;
- IX. Convocar o Secretário de Educação, ou gestor do Fundo, por decisão da maioria de seus membros, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e execução das despesas do Fundo.

Art. 8º. Os membros do Conselho elegerão a sua diretoria composta de Presidente, Vice-presidente e Secretário, com mandato de um ano, permitida uma única recondução para o mesmo cargo, no período subsequente.

Parágrafo Único: O processo de Escolha da Diretoria do Conselho dar-se-á pelo voto secreto da maioria absoluta dos seus membros, cabendo ao presidente da mesa também o voto de qualidade.

Art. 9º. No prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei os membros do Conselho elaborarão o competente Regimento Interno.

Art. 10. Os representantes escolhidos para a composição do Conselho serão indicados ao chefe do Poder Executivo para o respectivo órgão ou entidade em até 20 (vinte) dias antes do término do mandato a serem renovados.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 36/2007 e suas alterações.

Congo/PB, 03 de março de 2021.

**Romualdo Antônio Quirino de Sousa**  
Prefeito

### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,  
Senhores(as) Vereadores(as),

Destina-se o presente Projeto de Lei nº: 224/2021 que altera a Lei Nº 36/2007 que cria o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do Município de Congo.

Senhor Presidente e demais membros desta Casa Legislativa, ante entrada em vigor da Lei Federal nº 14.113/2020, esta instituiu um novo modelo da estrutura do referido conselho. No bojo da referida lei federal, foi concedido o prazo até o fim do mês de março de 2021, para que todos os municípios adequem sua legislação já existente, a nova adequação, cuja matéria dispositiva sobre o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Assim, em face do exposto, solicito, com máxima urgência regimental permite, a apreciação deste Projeto de Lei considerando o alcance do seu objeto.

Estas são as objetivas razões pelas quais, elaborado o presente projeto de Lei, esperamos que possa merecer a habitual boa atenção e aprovação, pelos membros dessa Egrégia Câmara Legislativa.

Contando desde já, com o apoio dessa ilustre Casa, ao pleito apresentado, renovo meus protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

**Romualdo Antônio Quirino de Sousa**  
Prefeito

### PROJETO DE LEI Nº 225/2021.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial e da outras providências.

#### TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

**Art. 1º** - Fica alterada a Lei nº 175/2017, de 20/12/2017 - PPA – Plano Plurianual, para os exercícios de 2018-2021, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento

#### CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**Artigo 2º** - Fica alterada a Lei nº 2142020, de 31 de julho de 2020 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2021, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

#### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Artigo 3º** - Fica igualmente alterada a Lei nº 220/2020, de 29 de dezembro de 2020 – LOA – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021;

**§ Único** – Fica criada junto a Unidade Orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico a seguinte Ação:

**2080** – AÇÕES DE COMBATE E ENFRENTAMENTO DA COVID 19 – Art. 5º, I da LC 173.

#### CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CREDITO E DA ABERTURA

**Art. 4º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **CRÉDITO ESPECIAL ADICIONAL** a LEI MUNICIPAL Nº 220/2020 - LOA do exercício de 2021, no valor de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), destinados a atender despesas não consignadas no orçamento, as quais terão a seguinte classificação:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
07.00	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
08.244.2009.2075	PROGRAMA CONFINCIAMENTO DE BENEFICIOS EVENTUAIS		
3900000	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social		
3.3.90.32.01	Material para Distribuição Gratuita		7.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
07.00	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
08.244.2009.2052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS COM RECURSOS - IGD (BF/SUAS/1ª INF/PSB)		
3900000	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social		
3.3.90.30.01	Material de Consumo		20.000,00
3.3.90.39.01	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		10.000,00
4.4.90.52.01	Equipamentos e Material Permanente		9.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
07.00	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
08.244.2009.2080	AÇÕES DE COMBATE E ENFRENTAMENTO DA COVID 19 – Art. 5º, I da LC 173.		
9920000	Auxílio Financeiro da União aos Municípios (Saúde e Assistência Social)		
3.1.90.04.01	Contratação por Tempo Determinado		25.000,00
3.3.90.30.01	Material de Consumo		20.000,00
3.3.90.39.01	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		5.000,00
4.4.90.52.01	Equipamentos e Material Permanente7		20.000,00

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>116.000,00</b>
--------------------	-------------------



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 02 DE ABRIL DE 2021

**Art. 5º** - Constituem fontes de recursos para atender a execução do presente crédito, **ANULAÇÃO** parcial e/ou total de Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente, de conformidade com o Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei 4.320/64, de acordo com o desdobramento a seguir:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
06.00	SEC. DE CULTURA, TURISMO, DESPORTOS E LAZER - SECT		
13.392.2003.2042	MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICIPIO		
001.00001	Recursos Ordinários		
3.3.90.39.01	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		116.000,00
TOTAL GERAL			116.000,00

**Art. 6º**- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Congo – PB, em 04 de março de 2021.

**ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA**  
Prefeito Constitucional

### CONTRATO Nº 01/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO E JOSEMI DE MORAIS SILVA, CONGO-PB - ART. 24, INCISO X, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICIPIO DE CONGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua: Senador Rui Carneiro, s/n, Congo- Paraíba, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.870.164/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito, ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA, brasileiro, casado residente e domiciliado na Rua José Lucas Irmão, s/n, Centro, Congo- Paraíba, doravante denominado MUNICÍPIO, e JOSEMI DE MORAIS SILVA, pessoa física, residente domiciliado no sítio Carmo, Zona Rural, Congo-PB, inscrito no CPF. Sob o nº. 052.474.594-31, RG nº 2.882.172 SSP/PB, a seguir denominado CONTRATADO, que, ao final, este subscreve, têm entre si justo e convenionado o presente contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do contrato formalizado por este instrumento, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, que será feita em locais designados pela contratante, obedecendo à frequência a qual for necessária, sendo os resíduos levados para locais licenciados para tratamento, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar o interesse público, haja vista a supremacia deste sobre o interesse privado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução dos serviços e o prazo de vigência do contrato serão de 10 (dez) meses contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos, nos termos do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo único. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

Pela perfeita e fiel execução do objeto deste contrato, a contratante pagará ao CONTRATADO, o valor mensal de 930,00(novecentos e trinta reais), totalizando nos 10(dez) meses o valor global de 9.300,00(nove mil e trezentos reais), correspondente ao objeto definido na Cláusula Primeira deste instrumento, e para totalidade do período aqui mencionado.

#### CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

O pagamento devido ao contratado será efetuado, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária e/ou cheque nominativo, obedecendo ao calendário de pagamento da Prefeitura.

#### CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e gestor de contrato, a ser oportunamente designado (a) pela Comissão de Licitações e Contratos, o (a) qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de Prestação de Serviços e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Gerência de Controle de Empenho e Liquidação para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§1º. Caberá ao (à) gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do CONTRATADO, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO e da Comissão de Licitação não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§4º. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA o acompanhamento e execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao gestor do contrato. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

#### CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 1- Prestar serviços com qualidade e eficiência.
- 2- Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE.
- 3- O valor deste contrato será completo e suficiente para a execução dos serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da Contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento nos prazos estabelecidos no presente contrato.
- b) Cumprir os termos do Contrato
- c) Notificar o CONTRATADO, caso sejam constatadas eventuais irregularidades na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

#### CLÁUSULA NONA- DA RECISÃO

Extingue-se o Contrato, sem direito a indenização ou quaisquer outras formalidades, nos termos do art.10 da Lei Municipal nº 137/2015 mediante:

- Pelo término do prazo contratual  
Por iniciativa do contratado  
Pela prática comprovada de ilícito funcional; ou;  
Pela extinção da causa transitória da contratação.

§ 1º- A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias;

§ 2º- A extinção do contrato, no caso do inciso II deste artigo, somente ocorrerá após oportunizado ao contratado o exercício de ampla defesa e do contraditório em processo administrativo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária.

- 08.00-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
15.452.2002.2055- Manter as Atividades de Infraestrutura  
3.3.90.36.01- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de SUMÉ-PB, para dirimir qualquer dúvida originária deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem, assim justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 02 duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Congo, 01 de Março de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO  
CONTRATANTE

JOSEMI DE MORAIS SILVA  
CONTRATADO